

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIENCIAS CONTABEIS

RENATA DE MOURA GOMES

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: A INFLUÊNCIA DA
CUMULATIVIDADE E NÃO-CUMULATIVIDADE DO PIS E DA COFINS
EM EMPRESAS INDUSTRIAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
ARTIGO

Cacoal - RO.
2011

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RENATA DE MOURA GOMES

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: A INFLUÊNCIA DA
CUMULATIVIDADE E NÃO-CUMULATIVIDADE DO PIS E DA COFINS
EM EMPRESAS INDUSTRIAIS**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação da Professora Especialista Ellen Cristina de Matos.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: A INFLUÊNCIA DA CUMULATIVIDADE E NÃO-CUMULATIVIDADE DO PIS E DA COFINS EM EMPRESAS INDUSTRIAIS.”, elaborado pela acadêmica RENATA DE MOURA GOMES, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

Prof. Esp. Ellen Cristina de Matos
Presidente

Prof.....
Membro

Prof.....
Membro

Média

Cacoal – RO
2011

“Dedico este artigo aos meus pais que sempre me apoiaram
incondicionalmente nestes quatro anos de faculdade.
A eles o meu muito obrigado!”

AGRADECIMENTOS

Fevereiro de 2008 uma nova jornada se iniciava.... Primeiro semestre de faculdade, e lá estava eu, me sentindo um peixinho fora d'água, num lugar diferente com pessoas diferentes....

Eu sabia que não seria fácil, e não foi... quatro longos anos de faculdade...risos, choros, tristeza, alegria, emoções, gratidões traduz tudo o que vive nessa caminhada.

Caminhada esta que não seria possível se não fosse a algumas pessoas presentes na vida, pessoas que acreditaram e confiaram em mim. E nada mais que justo que agradecê-los por isto....

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e pela inteligência que Ele me deu. Por estar sempre guiando os meus caminhos, e me protegendo. Sem a presença dEle na minha vida não teria conseguido chegar até aqui.

Aos meus pais que me propiciaram uma vida digna onde eu pudesse crescer, pela educação que me deram, pela confiança que depositaram em mim, pelo sacrifício que viveram comigo nesses quatro anos em especial, me esperando todas as noites acordado, agüento meu stress com as provas, com os seminários, vivenciando a cada momento deste comigo. A vocês o meu amor incondicional.

Ao meu irmão Robson, por sempre estar me dando apoio para eu vencer essa luta, e por sempre me apoiar.

As minha amigas: Ana Paula, Daniele, Dayane, Kênia, Jéssica, Tatiane por compreenderem a minha ausência muitas vezes em função do cansaço e dos trabalhos da faculdade. Por me darem força, por me amarem, por estarem presente na minha vida em todos os momentos. Agradeço em especial a minha irmã-amiga Tati, por ter me acolhido em sua casa no inicio da faculdade, por ter me dado todo apoio que eu precisava naquele momento.

Ao meu grande amigo e conselheiro Afonso, por acreditar em mim, por sempre me dar força e me motivar a não desistir deste sonho.

Aos meus amigos do ônibus, pela companhia nestes quatro anos de estrada nas longas viagens cansativas.....

Aos meus professores sem exceção pela paciência, dedicação e sabedoria conosco, incentivando-nos, compartilhando, se dedicando, vibrando e nos encorajando. Vocês foram a peça fundamental dessa caminhada conosco.

A Empresa Bernardo Alimentos na pessoa do Sr. Julio Cezar, por ter me dado a oportunidade de realizar o estudo de caso na empresa referida, por me fornecer as informações, pela paciência e atenção comigo na elaboração deste artigo.

Ao G-5 (Eduardo, Kamille, Stéphanie, Wesley, “Eu”) pela companhia em todas as noites nestes quatro anos de faculdade. Obrigado por vocês alegrarem as minhas noites, por me compreenderem, por brigarem comigo, por estarem presente nesta minha caminhada.... Saiba que cresci muito junto com vocês..... Vocês foram presentes que Deus colocou na minha vida.... Amigos sinceros, Amigos que conquistei e que foi conquistada por vocês ... Somos amigos porque não poderíamos ser “inimigos”. Grandes amigos que levo da faculdade....pessoas que simplesmente me deixam felizes pelo simples fato de terem cruzado o meu caminho.

Agradeço a todos que de alguma forma ou outra me ajudaram nesta jornada. Essa vitória que conquisto hoje não é somente minha e sim de todos vocês que contribuíram comigo.

A todos vocês o meu sincero agradecimento!

“Tudo é possível, desde que sejamos honestos, íntegros de caráter e tenhamos a convicção de que desistir nunca seja uma ação contínua em nossas vidas; que sonhar e concretizar os sonhos só dependerá de nossa vontade.”

(Regina Sampaio Furghestti)

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: A INFLUÊNCIA DA CUMULATIVIDADE E NÃO-CUMULATIVIDADE DO PIS E DA COFINS NA EMPRESA INDUSTRIAL.

Renata de Moura Gomes¹

RESUMO

O referido estudo deste artigo visou demonstrar a importância do planejamento tributário com foco na influência da cumulatividade e não-cumulatividade do PIS e da COFINS em uma empresa industrial. Para realizar-se este estudo foi abordado um levantamento bibliográfico e documental em livros, revistas, artigos, bem como uma pesquisa documental que baseou-se nas demonstrações contábeis da empresa Bernardo Alimentos, e posterior a este levantamento realizou-se um estudo de caso na referida empresa, que através das análises realizadas evidenciou a influência que as contribuições PIS e COFINS tem sobre o resultados das empresas. Constatou-se através das demonstrações analisadas que para a empresa objeto de estudo o regime de tributação não-cumulativo é o que acarreta menor ônus tributário refletindo diretamente no resultado da empresa, e conseqüentemente na distribuição dos lucros aos acionistas.

PALAVRAS-CHAVES: Planejamento Tributário. Pis. Cofins. Cumulatividade. Não-Cumulatividade.

ABSTRAT

The study of this paper was to demonstrate the importance of tax planning with a focus on the influence of cumulative and non-cumulative PIS and COFINS in an industrial company To place this study addressed a bibliographic and documentary books, magazines, articles, and documentary research that was based on the financial statements of Bernard Food company, and after this survey was carried out in a case study Bernardo Food company, which through the analysis shows the great influence that the PIS and COFINS has on the company results. It was found through the elaborate displays that for the case study the company tax regime non-cumulative and leads to lower tax burden directly reflecting the company's results, and therefore the distribution of profits to shareholders.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países que tem a maior carga tributária tanto para as pessoas físicas como para as pessoas jurídicas, atualmente o Brasil consta com 85 (oitenta e cinco) tributos (IBPT, 2011). E em decorrência da não observância da lei muitas vezes os contribuintes pagam tributos indevidos por desconhecerem a possibilidade de utilização de planejamento tributário, o qual viabiliza, por meios legais a adequação/redução de carga tributária para a entidade.

¹ Graduanda do 8º período do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Cacoal – e-mail: renataunir@gmail.com . Orientadora profª Esp. Ellen Cristina de Matos.

As constantes mudanças na legislação tributária dificulta para o contribuinte saber seus benefícios e malefícios adotando um regime de tributação ou o outro, e em virtude destes fatos torna-se necessário a utilização dos sistemas legais via planejamento tributário, de tal forma que o empreendedor possa minimizar os custos do empreendimento, bem como o impacto desses sobre o resultado.

Nos anos 2002 e 2003 por meio das leis n.º 10.833/03 e n.º 10.637/02 conhecidas como, lei da COFINS e do PIS respectivamente, estes tributos passaram a adotar o regime não-cumulativo, fazendo com que estas contribuições adotem dois regimes: o cumulativo e o não cumulativo, podendo as pessoas jurídicas optar pelo regime misto, ou seja, aplicação dos dois sistemas nos diferentes faturamentos que a empresa possuir (FABRETTI, 2006).

Este novo regime de tributação não cumulativo das contribuições PIS e COFINS ocasionou alguns efeitos não benéficos para algumas empresas como é o caso do aumento da alíquota. Essas contribuições que tem incidência não cumulativa compõem um dos principais focos no planejamento tributário, pois o mesmo fornece abertura para a empresa escolher a opção que proporcione menos impacto no resultado da entidade, ou seja, no lucro (OLIVEIRA, 2007).

Diante do contexto apresentado, essa pesquisa tem como objeto o seguinte problema: qual é a influência da adoção da cumulatividade e não-cumulatividade do PIS e da COFINS sobre o resultado da empresa Bernardo Alimentos Indústria e Comercio Ltda?

Para tanto, o objetivo principal deste artigo foi analisar a influência da adoção da cumulatividade e não-cumulatividade do PIS e da COFINS sobre o resultado da empresas Bernardo Alimentos Industrial e Comercio Ltda.

Abordou-se a evolução histórica e legal dos aspectos gerais relacionados aos tributos no Brasil PIS e COFINS, bem como realizou-se uma comparação uma análise e posterior uma descrição dos efeitos do PIS e da COFINS sobre o resultado da empresa fim, considerando as formas de tributação – cumulatividade e não-cumulatividade.

O desenvolvimento deste trabalho visa apresentar às pessoas jurídicas uma pesquisa bibliográfica que aborda sobre os regimes de tributação do PIS e da COFINS, proporcionando o conhecimento a respeito do impacto ocasionado sobre o resultado da empresa em cada um dos regimes (cumulativo e não cumulativo do PIS e da COFINS), alertando as mesmas (empresas) sobre a possibilidade da redução

de sua rentabilidade pela não observância de aspectos legais que favorecem a redução por ocasião da incidência dos tributos objetos da presente pesquisa.

A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi uma revisão bibliográfica em livros, artigos, documentos, etc. bem como de caráter exploratório que visa familiarizar o problema e deixá-lo mais claro.

O estudo de caso da pesquisa foi efetuado numa empresa de industrialização, sendo ela Bernardo Alimentos Indústria e Comercio Ltda localizada em Ji-Paraná – RO.

Aplicou-se questionário aberto ao contador da empresa para coletar dados sobre sua história, bem como seu regime e tributação, além da pesquisa documental que se baseou nas Demonstrações Contábeis do ano de 2010. Tornando-se assim esta pesquisa qualitativa e quantitativa.

Posterior a análise de dados da empresa obteve o resultado de que o regime de tributação mais viável para a empresa estudo de caso é o regime não-cumulativo, onde a mesma terá uma redução na sua carga tributária, e conseqüentemente um aumento no seu lucro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para subsidiar a análise e discussão da pesquisa, a parte da revisão bibliográfica se faz necessária na parte conceituação e pesquisa já realizada sobre o tema objeto do artigo. Em decorrência disto foi abordado o referencial teórico dos principais focos do artigo, sendo eles: conceitos de tributos; conceito de PIS e COFINS; conceito de lucro presumido, lucro arbitrado e lucro real; cumulatividade e não-cumulatividade na tributação; planejamento tributário.

2.1 CONCEITO DE TRIBUTOS

O Código Tributário Nacional (CTN) em seu artigo 3º conceitua tributos como toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Para melhor esclarecimento sobre os tributos, Oliveira *et al* (2007), define as características dos tributos da seguinte forma:

- a) Prestação pecuniária: significa que o tributo deve ser pago em unidades de moeda corrente, inexistindo o pagamento *in natura* ou *in labore*, ou seja, o que é pago em bens ou em trabalho ou prestação de serviços;
- b) Compulsória: obrigação independente da vontade do contribuinte;
- c) Em moeda ou cujo valor se possa exprimir: os tributos são expressos em moeda corrente nacional (reais) ou por meio de indexadores;
- d) Que não constitua sanção de ato ilícito: as penalidades pecuniárias ou multas não se incluem no conceito de tributos; assim o pagamento de tributo não decorre de infração de determinada norma ou descumprimento da lei;
- e) Instituída em lei: só existe a obrigação de pagar o tributo se uma norma jurídica com força de lei estabelecer essa obrigação;
- f) Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada: a autoridade não possui liberdade para escolher a melhor oportunidade de cobrar tributos; a lei já estabelece todos os passos a serem seguidos.

De acordo com o artigo 5º do Código Tributário Nacional são classificados como tributos: os impostos, as taxas e as contribuições de melhorias. Contudo pós constituição de 1988, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da doutrina em geral os tributos são cinco, isto é: Impostos, taxas, contribuições de melhoria (conforme art. 145 Constituição federal de 1988), empréstimos compulsórios (de acordo com art. 146 da Constituição Federal 1988), e contribuições especiais ou parafiscais (conforme art. 149 da Constituição Federal 1988).

Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade específica, relativa ao contribuinte. (art. 16 CTN).

Conforme Harada (2007), os impostos são cobranças não vinculadas de qualquer atividade estatal, decretadas exclusivamente em função do *jus imperii*² do Estado. Ou seja, o imposto representa uma retida da parcela de riqueza do particular, respeitando a capacidade contributiva do mesmo.

Segundo Oliveira *et al* (2007), os impostos representam o instrumento do qual o Estado dispõe tanto para arrecadar recursos como para gerir a administração pública e permitir investimentos em obras públicas, bem como direcionar a conduta da economia pública.

Dentre as diversas classificações dos impostos, destaca-se a do imposto cumulativo e não cumulativo. De acordo com Cassone (2004, p.108), cumulativo “é o

² Jus Imperii. O poder jurisdicional, o de que goza o Estado.

imposto que incide em cada operação tributável, em que não é prevista compensação, dedução ou abatimento, em relação à operação anterior.”

Contudo o não cumulativo “é o imposto que a norma prevê compensação, abatimento ou dedução do valor do tributo pago ou indevido na operação anterior”. (CASSONE 2004, p. 109).

As taxas de acordo com o artigo 77 do CTN são cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito federal ou pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico ou divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Com base no artigo 81 do CTN a contribuição de melhoria bem como as taxas são cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito federal ou pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Empréstimos Compulsórios conforme o artigo 148 I e II da Constituição Federal 1988, somente poderão ser instituídos mediante lei complementar para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou a sua iminência, bem como no caso de investimentos públicos de caráter urgente ou de relevante interesse nacional.

As contribuições especiais ou parafiscais se encontram delineadas no art. 149 da Constituição Federal de 1988, que rege o seguinte: “compete à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, com instrumento de sua atuação nas respectivas áreas”.

O §1 do art. 149 CF/88 complementa enfatizando que as contribuições instituídas pelos estados e municípios cobradas de seus servidores serão revestidas em seus benefícios próprios.

Sabbag (2011) enfatiza que essas contribuições tratam-se de uma espécie tributária onde a arrecadação é destinada ao financiamento de gastos específicos, com a intervenção do Estado nos âmbitos econômico e social, o regime previdenciário de seus servidores bem como o custeio de iluminação pública.

Um exemplo dessas contribuições é o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o financiamento da Seguridade Social (COFINS).

2.2 CONCEITOS DE PIS E COFINS

Anterior a Lei Complementar n.º 26 de 11 de setembro de 1975 que unificou as contribuições PIS e PASEP, elas eram cobradas separadamente e de forma distinta, possuindo as seguintes características:

PIS - Programa de Integração Social instituído pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas, conforme artigo 1º da referida Lei. Esta contribuição é feita pelas pessoas jurídicas equiparadas pelo Imposto de Renda (BRASIL, 1970).

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público foi instituído pela Lei Complementar nº. 08, de 03 de dezembro de 1970 com o mesmo objetivo do PIS que é promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas, contudo suas contribuições são realizadas pela União, Estados, Municípios, Distrito Federal. (BRASIL, 1970).

As referidas contribuições PIS e PASEP tinham a mesma finalidade com a única diferença de uma ser utilizada pelos funcionários das empresas privadas e a outra pelos servidores públicos respectivamente. Em virtude destes fatos e com o objetivo de equiparar os benefícios concedidos a ambos os funcionários ocorreu a unificação das referidas contribuições, conforme disposto no artigo 1º da Lei Complementar nº 26:

A partir do exercício financeiro a iniciar-se em 1º de julho de 1976, serão unificados, sob a denominação de PIS-PASEP, os fundos constituídos com os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), instituídos pelas Leis Complementares nºs 7 e 8, de 7 de setembro e de 3 de dezembro de 1970, respectivamente.

Em virtude da lei 10.637/2002 o PIS se tornou uma contribuição não-cumulativa para as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, tendo como alíquota 0,65% para o regime cumulativo e 1,65% para o regime não cumulativo (BRASIL, 2002).

O fato gerador do PIS/PASEP e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) é o Faturamento Mensal/Receita Bruta das empresas (OLIVEIRA, 2007).

A COFINS antigo FINSOCIAL(Fundo de Investimento Social) é um tributo de competência da União que foi criado pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991, contribuição destinada para a saúde, assistência social e previdência. Os contribuintes da COFINS são as pessoas jurídicas de direito privado inclusive as pessoas a elas equiparadas pela legislação do Imposto de Renda (OLIVEIRA, 2007).

A referida contribuição após a Lei 10.833/03 também se tornou uma contribuição não-cumulativa, tendo que ser observada pelas empresas optantes pelo regime de tributação lucro real. Com esta modificação da lei a COFINS passa a ter as seguintes alíquotas: 3,0% para o regime cumulativo e 7,6% para o regime não-cumulativo (BRASIL, 2003).

As contribuições PIS/PASEP e a COFINS, além das regras gerais sobre o regime de tributação cumulativo e não-cumulativo, possuem ainda diversos regimes especiais de apuração. De um modo geral pode-se destacar:

No regime cumulativo, para determinar a base de cálculo, podem ser excluídos do faturamento os seguintes valores: (conforme Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 2º, com alterações da MP 2.158-35/2001; IN SRF nº 247, de 2002, art. 23)

- a) das receitas isentas ou não alcançadas pela incidência da contribuição ou sujeitas à alíquota 0 (zero);
- b) das vendas canceladas;
- c) dos descontos incondicionais concedidos;
- d) do IPI;
- e) do ICMS, quando destacado em nota fiscal e cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
- f) das reversões de provisões;
- g) das recuperações de créditos baixados como perdas, que não representem ingresso de novas receitas;
- h) dos resultados positivos da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido;
- i) dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita;
- j) das receitas não-operacionais, decorrentes da venda de bens do ativo permanente.

O regime não cumulativo também existe alguns itens que podem ser excluídos do faturamento, sendo eles: (de acordo com a Lei nº 10.637, de 2002, art 1º, §3º e Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º, § 3º; IN SRF nº 247, de 2002, art. 24):

- a) das receitas isentas ou não alcançadas pela incidência da contribuição ou sujeitas à alíquota 0 (zero);
- b) das vendas canceladas;
- c) dos descontos incondicionais concedidos;
- d) do IPI;
- e) do ICMS, quando destacado em nota fiscal e cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
- f) das reversões de provisões e das recuperações de créditos baixados como perdas, que não representem ingresso de novas receitas;
- g) dos resultados positivos da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido;
- h) dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; e
- i) das receitas não-operacionais, decorrentes da venda de bens do ativo permanente;
- j) das receitas de revenda de bens em que a contribuição já foi recolhida pelo substituto tributário;
- k) das receitas excluídas do regime de incidência não-cumulativa, constantes do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003.

No regime não-cumulativo além das deduções da base de cálculos as contribuições PIS e COFINS também poderá descontar créditos, sobre os seguintes valores: (BRASIL, 2010)

- a) das aquisições de bens para revenda efetuadas no mês;
- b) das aquisições, efetuadas no mês, de bens e serviços utilizados como insumos na fabricação de produtos destinados à venda ou na prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes;
- c) dos bens recebidos em devolução, no mês, cuja receita de venda tenha integrado o faturamento do mês ou de mês anterior, e tenha sido tributada no regime de incidência não-cumulativa;
- d) das despesas e custos incorridos no mês, relativos:
 - a. à energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;
 - b. a aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, utilizados nas atividades da empresa;
 - c. a contraprestação de operações de arrendamento mercantil pagas a pessoa jurídica, exceto quando esta for optante pelo Simples;
 - d. armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor;
- e) dos encargos de depreciação e amortização, incorridos no mês, relativos a máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos a partir de maio de 2004, para utilização na produção de bens destinados à venda, ou na prestação de serviços (Ver IN SRF nº 457, de 2004);
- f) dos encargos de depreciação e amortização, incorridos no mês, relativos a edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, adquiridas ou realizadas a partir de maio de 2004, utilizados nas atividades da empresa.

O contribuinte deve estar atento a legislação vigente, para fazer as adições e exclusões devidas das referidas contribuições, para não recolher o tributo indevido.

2.3 CONCEITOS DE LUCRO PRESUMIDO, LUCRO ARBITRADO E LUCRO REAL

A legislação brasileira permite que o contribuinte escolha a melhor forma de tributação para sua empresa (SHONORR, 2008). Dentre estas formas mencionar-se-á o lucro presumido, o lucro arbitrado e o lucro real.

O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real. (BRASIL, 2000a)

O tributo é apurado trimestralmente. As pessoas jurídicas que podem optar pelo lucro presumido são as cuja receita bruta total tenha sido igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), no ano-calendário anterior, ou a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior segundo a Lei nº 10.637/2002, art. 46 (BRASIL, 2002).

Com base no Art. 527 do RIR/2004, a pessoa jurídica que optar pela tributação do lucro presumido deverá manter:

- a) escrituração contábil nos termos da legislação comercial;
- b) livro Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término do ano-calendário;
- c) em boa guarda e ordem, enquanto não tiver decorrido o prazo decadencial e não forem prescritas as eventuais ações que lhe sejam pertinentes, todos os livros de escrituração obrigatórios por legislação fiscal específica, bem como os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração comercial e fiscal (BRASIL, 2004).

Segundo Fabretti (2003, p. 224) o lucro presumido “tem a finalidade de facilitar o pagamento do IR, sem ter que recorrer à complexa apuração do lucro real que pressupõe contabilidade eficaz, ou seja, capaz de apurar o resultado antes do último dia útil do mês subsequente ao encerramento do trimestre.”

Contudo Schnorr (2008, p. 44) tem um pensamento diferenciado sobre o lucro presumido onde ele diz: “(...) o instituto do Lucro Presumido é muito mais prejudicial do que benéfico às empresas que adotam essa sistemática de tributação.”

Diferente do lucro presumido onde se presume em certas probabilidades, o lucro arbitrário é imposto pelo fisco quando se encontram irregularidades na empresa, logo a carga tributaria será bem maior. Schnorr (2008, p.45) define lucro arbitrado como:

O Lucro Arbitrado é um instituto, um regramento fiscal previsto para os casos em que a empresa não mantenha escrituração prevista das formalidades requeridas; quando deixa de elaborar as respectivas demonstrações contábeis; quando tenha a escrituração desclassificada pelas autoridades; quando opta indevidamente pela tributação com base no lucro presumido; ou ainda, quando não mantém um arquivo de documentos.

Geralmente o lucro arbitrado ocorre para as empresas que não atendem a legislação do lucro real ou do lucro presumido (OLIVEIRA, 2007).

Destaca-se no regime de tributação o lucro real, que segundo Oliveira *et al* (2007, p. 181) “lucro real é o lucro líquido do período apurado na escrituração comercial, denominado lucro contábil, ajustados pelas adições, exclusões e compensações autorizadas pela legislação do Imposto de Renda”.

Inúmeras são as organizações que tem que optar pelo lucro real, dentre elas destaca-se as empresas que obtiverem receita total igual ou superior a 48 milhões de reais ou de 4 milhões de reais mensais multiplicados pelo numero de meses quando inferior a 12 meses (BRASIL, 2000b).

Contabilmente presume-se que o lucro real é aquele verdadeiramente apurado pela contabilidade, pois ele segue os princípios contábeis, bem como as demais normas fiscais e comerciais, além de ter a base completa da escrituração contábil e fiscal. (OLIVEIRA, *et al.*, 2007).

2.4 CUMULATIVIDADE E NÃO CUMULATIVIDADE NA TRIBUTAÇÃO

As contribuições PIS e PASEP possuem dentre outras os seguintes regimes de apuração do imposto: regime de incidência cumulativa e regime de incidência não cumulativa (FABRETTI, 2006).

Conforme Cassone (2004, p. 108), o imposto cumulativo “é aquele que incide em cada operação tributável, em que não é prevista compensação, dedução ou abatimento, em relação à operação anterior.” Para melhor elucidar o Glossário tributário define o imposto cumulativo como:

Diz-se de um imposto ou tributo que incide em todas as etapas intermediárias dos processos produtivo e/ou de comercialização de determinado bem, inclusive sobre o próprio imposto/tributo anteriormente pago, da origem até o consumidor final, influenciando na composição de seu custo e, em consequência, na fixação de seu preço de venda.

Contudo o imposto não-cumulativo “é o imposto a que a norma prevê compensação, abatimento ou dedução do valor do tributo pago ou devido na

operação anterior, de conformidade com o disposto no sistema constitucional tributário.” (CASSONE, 2004 p. 109)

O inciso I, §2 do artigo 155 da Constituição Federal 1988 rege o seguinte disposto sobre o imposto não cumulativo: “será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo menos ou outro Estado ou pelo Distrito Federal”

O imposto cumulativo também é conhecido como o imposto do efeito cascata, no qual o seu crédito não pode ser aproveitado na próxima etapa, ao contrário do crédito do imposto-cumulativo que pode ser aproveitado na etapa posterior (MEDEIROS NETO, 2001).

Vários estudos foram e ainda estão sendo feitos para se verificar os benéficos e malefícios em relação a cumulatividade e não-cumulatividade do imposto. Medeiros Neto (2001, p. 45) expõe que “a tributação em cascata onera a exportação e impede a desoneração correta nessas operações” enfatiza ainda que se as alíquotas do tributo cumulativo fossem menores não haveria tanta sonegação.

Em relação a não-cumulatividade, Medeiros Neto (2001, p. 47) cita que “os tributos não-cumulativos estimulam a terceirização e a especialização - desestimulando, assim, a integração vertical e horizontal das empresas – e tornam mais eficazes os investimentos.”

Em suma a não-cumulatividade do PIS e da COFINS surgiu para incentivar as empresas nas suas atividades industriais dentre outras com o aproveitamento do crédito. Embora em virtude deste novo regime de incidência as suas alíquotas tiveram um elevado aumento, o que se torna em alguns momentos desvantajoso para o contribuinte (VIANA, 2007).

2.5 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Planejamento tributário é o procedimento de escolha de uma ação, não simulada, anterior à ocorrência do fato gerador, visando direta ou indiretamente à redução da carga tributária. (CHAVES, 2010)

Oliveira *et al* (2007, p. 39) complementa enfatizando que “o planejamento tributário é o estudo das alternativas lícitas de formalização jurídica de determinada

operação, antes da ocorrência do fato gerador, para que o contribuinte possa optar pela que apresente o menor ônus tributário”.

Em todo o mundo globalizado, e numa economia tão instável como a economia brasileira, os contribuintes buscam diversas estratégias lícitas para a redução dos seus custos. E um dos instrumentos mais utilizados para que as empresas possam racionalizar seus custos tributários, sem infringir a legislação vigente dos tributos é o planejamento tributário. (OLIVEIRA, *et al.*, 2007)

É notório que o contribuinte sempre procura a opção que mais lhe beneficia. Não é de hoje que os legisladores sempre buscam as alternativas menos onerosas para a carga tributária, ou seja, através do planejamento tributário é possível reduzir a carga tributária de forma lícita (CHAVES, 2010).

Diversos legisladores já discutem a mudança do sistema tributário e a adoção de novos mecanismos para simplificação das rotinas tributárias. Contudo, enquanto isto não acontece, as empresas têm optado pelo planejamento tributário, em função de resguardar os seus direitos bem como proteger seu patrimônio, suas riquezas. (OLIVEIRA, 2007)

Elaborar um planejamento tributário faz parte de um dever legal determinado pelo artigo 153 da Lei nº 6.404/76.

“O administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios.”

Oliveira *et al.* (2007), explicita bem ao dizer que o planejamento tributário não se confunde com sonegação fiscal. Planejar é fazer uma escolha entre duas ou mais opção lícitas, na qual lhe resulta menor carga tributária. Sonegar é utilizar-se de meios ilegais, para deixar de recolher o tributo. Ou seja, planejamento tributário é o estudo das diversas formas lícitas que o contribuinte pode ter antes do fato gerador, permitindo-lhe optar pela que lhe represente menor ônus tributário.

A principal finalidade de um planejamento tributário é, com certeza a redução de tributos, sem infringir a legislação. Para obter êxito nessa operação, o contador precisa de alguns itens como descreve Oliveira *et al* (2007, p. 40).

- a) Conhecer todas as situações em que é possível o crédito tributário, principalmente com relação aos chamados impostos não cumulativos – ICMS, IPI, PIS e COFINS;

- b) Conhecer todas as situações em que é possível o diferimento (postergação) dos recolhimentos dos impostos, permitindo melhor gerenciamento do fluxo de caixa;
- c) Conhecer todas as despesas e provisões permitidas pela legislação como dedutíveis da receita;
- d) Ser oportuno e aproveitar as lacunas deixadas pela legislação, para tanto ficando atento às mudanças nas normas e aos impactos nos resultados da empresa.

Nota-se que “o contribuinte tem que estar bem assessorado por uma equipe especializada que saiba realizar o planejamento tributário sem distorcer, alterar ou esconder as obrigações quando o fato gerador do tributo existir.” (OLIVEIRA, 2007, p. 41).

Fabretti (2006), conclui que o planejamento tributário é simplesmente um estudo feito previamente, ou seja, anterior a realização do fato administrativo, buscando seus efeitos jurídicos e econômicos bem como as alternativas legais menos onerosas.

3 METODOLOGIA

Segundo Rodrigues (2007), metodologia é um conjunto de procedimentos, técnicas e métodos utilizados para mostrar o caminho a ser seguido. Pode ser definido como o caminho do saber, que através dele será traçado os passos a ser seguido.

Com base nos procedimentos técnicos foi adotado a pesquisa bibliográfica e documental, que teve como base livros, revistas, artigos, legislação, bem como as demonstrações contábeis da empresa referente ao ano de 2010. Em relação a este procedimento Andrade (2003, p. 125) esclarece que “a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, ou seja, livros e outros documentos bibliográficos, a pesquisa documental baseia-se em documentos primários, ou seja, documentos originais.”

Quanto à forma de abordagem foi adotada a pesquisa quantitativa e qualitativa onde inicialmente realizou uma revisão literária e em seguida a elaboração das demonstrações da empresa com base nos regimes de tributação cumulativo e não cumulativo, posteriormente a comparação da adoção desses regimes. Filck (2009, p. 37), enfatiza que a pesquisa qualitativa “dirige-se à análise casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”

Em relação aos objetivos foi utilizada a pesquisa exploratória que segundo Gil (2002, p. 41), estas pesquisas procuram familiarizar o problema, com o intuito de torná-lo mais claro como também a formulação de hipóteses.

4 DISCUSSÃO RESULTADOS E ANÁLISE

Os resultados do artigo foram obtidos através dos dados da empresa de industrialização Bernardo Alimentos Indústria e Comercio Ltda. A empresa Bernardo Alimentos Indústria e Comercio Ltda. de nome fantasia Bernardo Alimentos teve início em 1980 no estado do Paraná, especificamente em Cianorte.

Em 2002 abriram a sua primeira unidade em Ji-Paraná/RO. A empresa foi se expandindo, sempre em bases sólidas e hoje possui três filiais, onde ambas são optantes pelo regime de tributação do lucro real desde o início de suas atividades.

A base para a análise dos dados da referida empresa foi suas demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do ano de 2010.

Foram extraídos vários dados das demonstrações da referida empresa, dentre eles destaca-se: Receita Bruta de Vendas no valor de R\$ 31.284.758,04; Devoluções de Venda no valor de R\$ 137.685,75; PIS retido na fonte no valor de R\$ 63.529,36; COFINS retido na fonte no valor de R\$ 292.620,19; Compra de insumos e mercadorias no valor de R\$ 22.126.221,98; Energia elétrica no valor de R\$ 349.270,14 e depreciação no valor de R\$ 776.305,54.

Com base nestes dados coletados das demonstrações da empresa, foi elaborada a análise de dados como segue abaixo.

O intuito desta análise de dados foi elaborar a comparação entre a adoção do regime cumulativo e não-cumulativo do PIS e da COFINS, tendo em vista que a empresa Bernardo Alimentos é tributada pelo lucro real logo, adota o regime não-cumulativo do PIS e da COFINS.

Realizou-se uma simulação onde à empresa estudo de caso fosse optante pelo regime cumulativo – lucro presumido, em seguida uma comparação com os resultados obtidos, demonstrando a importância do planejamento tributário nas empresas.

Tabela 01 - Cálculo do PIS e COFINS Não-Cumulativos

Cálculo do PIS e COFINS Não-Cumulativos		
RECEITA BRUTA	R\$	31.284.758,04
(-) Vendas Canceladas	R\$	137.685,75
(-) Exportação	R\$	-
(=) Faturamento Líquido	R\$	31.147.072,29
(+) Receitas Financeiras	R\$	119.447,74
(+) Outras Receitas	R\$	13.046,71
(+) Venda do imobilizado	R\$	140.000,00
(=) RECEITA TOTAL	R\$	31.419.566,74
CRÉDITOS		
(-) Compra de insumos	R\$	22.126.221,98
(-) Energia Elétrica	R\$	349.270,14
(-) Depreciação	R\$	776.305,54
TOTAL DOS CRÉDITOS	R\$	23.251.797,66
BASE DE CÁLCULO TOTAL	R\$	8.167.769,08
PIS - Alíquota 1,65%	R\$	134.768,19
(-) PIS retido na fonte	R\$	63.529,36
(=) PIS A RECOLHER	R\$	71.238,83
COFINS - Alíquota 7,6%	R\$	620.750,45
(-) COFINS retido da fonte	R\$	292.620,19
(=) COFINS A RECOLHER	R\$	328.130,26

Fonte: Empresa Bernardo Alimentos S/A (2010)

Na tabela 01 acima, os cálculos do PIS e da COFINS foram elaborados com base no regime de tributação lucro real. A apuração dos créditos sobre as compras foi feita de acordo com as leis n.º 10.637/02 e n.º 10.833/03 lei do PIS e da COFINS respectivamente, que permite algumas deduções da base de cálculo em que serão apurados os tributos a recolher, lembrando sempre que estes custos devem estar diretamente relacionados com a atividade fim da empresa.

No referido caso foram deduzidos as compras de insumos, a energia elétrica e a depreciação de máquinas e equipamentos, conforme a legislação n.º 10.637/02 e n.º 10.833/03, posterior ao abatimento desses créditos, percebe-se claramente a redução da base de cálculo total para se apurar o PIS e a COFINS, ou seja, uma notável redução da carga tributária a ser recolhida. Posterior alocação do montante em que serão calculados os tributos aplicou-se a alíquota de 1,65% para o cálculo do PIS e de 7,6% para a COFINS.

Tabela 02 - Cálculo do PIS e COFINS Cumulativos

Cálculo do PIS e COFINS CUMULATIVO		
Descrição	Valores	
RECEITA BRUTA	R\$	31.284.758,04
(-) Vendas canceladas	R\$	137.685,75
(-) Exportação	R\$	-
(=) Faturamento Líquido	R\$	31.147.072,29
(+) Receitas Financeiras	R\$	119.447,74
(+) Outras Receitas	R\$	13.046,71
(+) Venda do imobilizado	R\$	140.000,00
(=) RECEITA TOTAL	R\$	31.419.566,74
BASE DE CÁLCULO TOTAL		
PIS - Alíquota 0,65%	R\$	204.227,18
(-) PIS retido na fonte	R\$	63.529,36
(=) PIS A RECOLHER	R\$	140.697,82
COFINS - Alíquota 3%	R\$	942.587,00
(-) COFINS retido da fonte	R\$	292.620,19
(=) COFINS A RECOLHER	R\$	649.966,81

Fonte: Empresa Bernardo Alimentos S/A (2011). Adaptada pela autora.

Já na tabela 02, os cálculos do PIS e da COFINS foram elaborados com base no regime de tributação lucro presumido. Nesse regime de tributação conforme as leis n.º 10.637/02 e nº 10.833/03 lei do PIS e da COFINS respectivamente, não existe créditos na base de cálculo. Ou seja, não há redução nenhuma para aplicar a alíquota do PIS e da COFINS o que conseqüentemente eleva a carga tributária dos tributos como está explícito na tabela 02.

A partir dos dados levantados denota-se que é explícita a diferença entre os regimes de tributação lucro real *versus* lucro presumido como demonstra a tabela 03. Onde a empresa tem uma menor carga tributária optando pelo lucro real, ou seja adotando o regime de tributação não-cumulativo. Contudo para ter essa visão é necessário que as empresas tenham um planejamento tributário para não escolher um regime de tributação que eleve sua carga tributária ao invés de reduzi-la.

Tabela 03 - Comparativo – Planejamento Tributário

Comparativo – Planejamento Tributário		
LUCRO REAL	VALORES	
PIS	R\$	71.238,83
COFINS	R\$	328.130,26
TOTAL	R\$	399.369,09
LUCRO PRESUMIDO		
PIS	R\$	140.697,82
COFINS	R\$	649.966,81
TOTAL	R\$	790.664,63
COMPARAÇÃO	-R\$	391.295,54
PORCENTAGEM	49,48%	

Fonte: Empresa Bernardo Alimentos S/A (2011) Adaptada pela autora.

Fabretti (2006) destaca que não há nenhuma mágica no planejamento tributário, apenas alternativas que cuja relação custo/benefício varia muito em função dos valores envolvidos, da época, do local, etc. Bem como que o planejamento tributário preventivo reduz a evasão fiscal, reduzindo a carga tributária dentro da legalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das expectativas da sociedade, especialmente dos empresários, é a redução da carga tributária de forma legal. Com base no foco dos empresários que é a redução da carga tributária o referido estudo teve como objetivo demonstrar a influência da cumulatividade e não-cumulatividade do PIS e da COFINS na empresa industrial Bernardo Alimentos.

Para obter este resultado foi realizado uma abordagem a evolução histórica e legal dos aspectos gerais relacionados aos tributos no Brasil PIS e COFINS, posteriormente analisando os efeitos destes tributos em relação ao resultado da empresa através da adoção do regime de tributação cumulativo e não-cumulativo.

Posterior a esta análise constatou-se que o regime de tributação mais viável para a empresa estudo de caso é o regime não-cumulativo, onde a mesma obterá uma maior redução da sua carga tributária, na referida análise esta redução foi de 49,48%, o que conseqüentemente ocasiona um maior lucro para a empresa. Vale

ressaltar que a referida empresa já é optante pelo lucro real, ou seja, é tributada pelo regime não-cumulativo, contudo ainda não tinha realizado este estudo comparativo dos regimes de tributação do PIS e da COFINS.

Com base no resultado obtido fica explícito a importância do planejamento tributário para as empresas. Onde o planejamento tributário visa estudar os meios de forma lícita antes do seu fato gerador, para que o contribuinte possa optar pela opção que lhe acarrete menor ônus tributário.

REFERENCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL - RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em :
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2002/lei10637.htm>> Acesso em 12 jan. 2011.

_____. a). RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucropresumido.htm>> Acesso em 12 jan. 2011.

_____. b). RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2000/Orientacoes/LucroReal.htm>> Acesso em 21 mar. 2011.

_____. RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/PisPasepCofins/RegIncidencia.htm>> Acesso em 21 jul. 2010

_____. RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/PisPasepCofins/RegIncidenciaNaCumulativa.htm>> Acesso em 21 jul. 2010

_____. Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/Ant2001/lei971898.htm>>. Acesso em 25 ago. 2011.

_____. Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002. Dispõe sobre a contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado em geral. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2002/in2472002.htm>>. Acesso em 24 ago. 2011.

_____. **Código Tributário Nacional.** (1966). Brasília: Presidência da República, 1966.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2001. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.** Disponível em:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2003/lei10833> Acesso em 06 jan. 2011.

_____. **Lei Complementar nº 07 de 07 de setembro de 1970. Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp07.htm Acesso em 06 jan. 2011.

_____. **Lei Complementar nº 08 de 03 de dezembro de 1970. Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp08.htm Acesso em 07 jan. 2011

_____. **Lei Complementar nº 26 de 11 de setembro de 1975. Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/LCP/Lcp26.htm> Acesso em 06 jan. 2011.

_____. **Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991. Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp70.htm Acesso em 02 nov. 2010

_____. **Lei nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.** Disponível em:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2002/lei10637.htm> Acesso em 06 jan. 2011.

_____. **Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.** Disponível em
http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/lei6404_1976.htm. Acesso em 02 out. 2011

CASSONE, Vittorio. **Direito tributário:** fundamentos constitucionais da tributação, classificação dos tributos, interpretação da legislação tributária, doutrina, prática e jurisprudência, atualizado até a EC nº 42, de 19-12-2003. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento Tributário na Prática:** gestão tributária aplicada. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FABRETTI, Lúcio Camargo. Contabilidade tributária. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**; tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 16.ed. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

<http://www.portaltributario.com.br/glossario.htm> Acesso em 18 jan. 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 06 abr. 2011

IBPT - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <http://www.ibpt.com.br/home/publicacao.view.php?publicacao_id=13949&PHPPSESID=68133b2d060c2b763a0df7dc1c083127> Acesso em 18 jan. 2011.

MEDEIROS NETO, João da Silva. **Tributos Cumulativos**. Brasília, 2001. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema20/pdf/108559.pdf>> Acesso em 14 jan. 2011

OLIVEIRA, Luís Martins de Oliveira (*et al*). **Manual de Contabilidade Tributária**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUES, William Costa. **METODOLOGIA**. Paracambi, 2007. Disponível em <http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf> Acesso em 29 maio. 2011.

SABBAG, Eduardo. **Direito tributário**. Minas Gerais, 2011. Disponível em: <http://www.professorsabbag.com.br/index.php?local=Login&menu=Menu_2&mid=121>

SCHNORR, Paulo Walter (coordenador) (*et al*). **Escrituração contábil simplificada para micro e pequena empresa**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

VIANA, Leilson Soares. A cumulatividade e a não cumulatividade do PIS e da COFINS. **Revista: Gestão e Conhecimento**, Minas em Poços de Caldas. V.3 N.2 art.4. Março, Junho/2007. Disponível em <http://www.hkon.com.br/admn/revista/online/vol3/Vol3_Numero2_art4.pdf> Acesso em 18 jan. 2011.